

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0025266-62.2008.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação**  
Réu: **Issam Ahamad El Assal**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Issam Ahamad El Assal foi denunciado como incurso no art. 180, caput e § 1º do Código Penal, porque, segundo a denúncia, em 10.12.1999, juntamente com *Fernando Calil Fonseca*, adquiriu, recebeu, manteve em depósito e vendeu, em proveito próprio, no exercício de atividade comercial, coisas que deveria saber ser produto de crime.

A ação penal foi movida contra vários réus, entre eles o acusado.

A denúncia foi recebida em 22.09.2000 (fls. 480).

O acusado não foi localizado, sendo citado por edital e suspendendo-se, em 01.02.2001, o processo na forma do art. 366 do CPP (fls. 732). Mais à frente, determinou-se a antecipação da produção de prova oral em relação a ele (fls. 1183).

Apresentou defesa prévia (fls. 1207).

Colhida prova oral.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O acusado foi preso preventivamente em 18.06.2011 (fls. 2524vº), vindo a ser citado (fls. 2625).

Revogada a sua prisão. O processo retomou seu curso em 06.12.2011 (fls. 2633). Apresentou defesa preliminar (fls. 2620/2621).

Ouvidas testemunhas (CD, fls. 2668; fls. 2738/2739, 2740/2741, 2790/2791, 2810, 2845/2846, 2880).

O acusado não foi localizado para o interrogatório, ocorrendo a revelia.

As partes apresentaram memoriais, fls. 2949/2956, 2969/2975.

É o relatório. Decido.

A presente sentença diz respeito apenas à receptação atribuída ao réu acima identificado, vez que todas as demais imputações foram objeto de julgamento anterior, a partir da sentença de fls. 1447/1462 e etapas subsequentes, documentadas nestes autos.

A **materialidade delitiva** do roubo e da receptação está comprovada pelos autos de exibição e apreensão (fls. 19, 170, 234, 393 e 397), de avaliação (fls. 430/433 e 443) e de entrega (fls. 171), bem como pela prova oral colhida sob o crivo do contraditório em relação ao réu ora em discussão (fls. 1183 em diante), sendo certo que o delito de roubo foi cometido e que muitas das mercadorias foram entregues ao acusado ora em julgamento, em Goiás, para venda em lojas de sua propriedade, com subsunção no art. 180, § 1º do CP.

A **autoria** é indiscutível, não havendo qualquer dúvida de que centenas de eletrodomésticos roubados foram entregues ao acusado, então proprietário de uma rede de lojas de eletrodomésticos, e que tais mercadorias foram expostas à venda naquelas lojas, sendo que muitas inclusive foram vendidas.

O delito foi praticado de modo **doloso**, aliás.

As mercadorias vendidas o foram em quantidade muito superior à lançada na nota fiscal de fls. 380, como restou comprovado ao longo do feito. O pagamento, fato observado na


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

sentença proferida em relação aos demais réus, deu-se de modo nada convencional e que jamais seria aceito por um fornecedor regular: R\$ 2.000,00 em dinheiro + um veículo automotor. As mercadorias foram entregues em clima estressante, nervoso e rápido, por pessoas vestindo coletes a prova de balas, fatos narrados por testemunhas que presenciaram ou auxiliaram a descarregar, fls. 2738/2739, 2740/2741, 2790/2791

Quanto às **teses de defesa**, observamos pelo contido acima que a condenação é de rigor não com base em elementos informativos colhidos na fase policial e sim com fundamento em prova oral amalhada após ser determinada a antecipação da produção da prova contra o acusado, e prova oral colhida após a citação pessoal dele. Somada, é claro, às provas irrepetíveis que foram realizadas na fase investigativa. Art. 155, CPP. Não se cuida de condenação embasada em indícios, nem em presunção de culpa ou dolo.

Passo à dosimetria da pena (sistema trifásico: art. 68, caput CP).

**Pena Privativa de Liberdade.**

**Primeira fase** (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): a quantidade de mercadorias receptadas, em valor expressivo, constituem elemento que aumenta a reprovação da conduta e as consequências do crime. Se não bastasse, a culpabilidade ainda é agravada também porque, embora para a caracterização do delito bastasse o elemento subjetivo "coisa que deve saber ser produto de crime", no caso em tela as provas indicam, com clareza, que o acusado efetivamente sabia da origem criminosa. Dolo direto. Por tais razões a pena é aumentada em 1/6, alcançando 03 anos e 06 meses.

**Segunda fase** (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): não há.

**Terceira fase** (causas de diminuição ou aumento da pena): não há.

**Pena definitiva:** 03 anos e 06 meses de reclusão.

**Regime inicial de cumprimento** (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP, e art. 387, § 2º, CPP): aberto.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Substituição por penas alternativas** (art. 44, CP): cabível a substituição por uma pena de prestação de serviços à comunidade e uma de prestação pecuniária que, considerada a quantidade expressiva de mercadorias receptadas, assim como a condição econômica conhecida do acusado, mas, por outro lado, é fixada em 10 salários mínimos.

**Pena Pecuniária** (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): fixada em 15 dias-multa, em razão das circunstâncias judiciais negativas, valendo cada dia-multa, por conta da condição econômica do acusado, 10/30 do salário mínimo.

**Julgo procedente** a ação penal e **condeno** o acusado Issam Ahamad El Assal como incurso no art. 180, § 1º do Código Penal, aplicando-lhe, em consequência, as penas de **(a)** 03 anos e 06 meses de reclusão em regime aberto, substituída por prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária de 10 salários mínimos **(b)** multa de 15 dias-multa, valendo cada qual 10/30 do salário mínimo. .

Tendo respondido ao processo em liberdade, assegura-se o direito de recorrer(em) na mesma condição.

Condeno-o nas custas.

P.R.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**